



AUTODECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

Descrição: Autodeclaração de Utilização para fins de alteração do Cadastro Fiscal Imobiliário mantido pela Secretaria Municipal da Fazenda para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCRS, nos termos do Decreto Municipal n. 25.057/2023.

Identificação do (a) Declarante / Contribuinte

Nome / Razão Social

CPF/CNPJ

E-mail

Identificação do (a) Representante / Procurador(a), quando for o caso

Nome

CPF

Identificação do imóvel

Inscrição Imobiliária

Logradouro

Número

Complemento

Bairro

Utilização

Utilização

- () Uso Residencial (quando a unidade for usada exclusivamente para moradia)
- () Uso Recreativo e/ou Esportivo
- () Uso de Saúde
- () Usos Educacionais
- () Usos Culturais e/ou de Culto
- () Usos Comerciais e/ou de Serviços
- () Usos Industriais
- () Usos Mistos (quando o imóvel for utilizado como residência e, ao mesmo tempo, possuir uso não residencial)

Declaração

Declaro estar ciente de que as informações acima produzidas por mim são verdadeiras, nos termos previstos no Decreto Municipal n. 25.057/2023, motivo pelo qual a utilização do imóvel será alterada no Cadastro Imobiliário da PMF sem prévio exame da autoridade administrativa.

Caso venha a ser constatado, em procedimento fiscal ulterior, a existência de informações falsas ou com omissão sobre a utilização do imóvel acima identificado, que possam prejudicar o pagamento total ou parcial do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCRS estou ciente da possibilidade de penalidade por infração no descumprimento da obrigação acessória, da exigência do valor dos tributos devidos com acréscimo das penalidades previstas em lei, além de encaminhamento de representação ao Ministério Público de Santa Catarina para apurar a suposta prática de crime contra a ordem tributária.

Data / /

Local

Estado

Assinatura:

Atenção: A assinatura deve ser do próprio Declarante ou de terceiro que possua procuração com poderes específicos para representar o contribuinte no procedimento de alteração da utilização.